

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

ANÁLISE DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS DA BRAPCI: ANÁLISE DE ABORDAGENS TEÓRICAS ENTRE 2000 E 2024

Larissa de Mello Lima, UFRJ , <https://orcid.org/0000-0002-5377-9535> , Brasil,
larissa.lima@facc.ufrj.br

Eixo: Organização da Informação

1 Introdução

Este trabalho tem como foco calibrar o olhar em relação a temática política de indexação e suas implicações na análise documental, com ênfase na aplicação do Modelo de Leitura Documentária. A partir da análise de produções acadêmicas indexadas na base de dados BRAPCI, este estudo pretende identificar abordagens teóricas e metodológicas que orientam a prática da análise documental. Para tanto este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre Análise Documental em seguida será realizado o levantamento na Brapci sobre Leitura Documentária entendendo o processo de tradução da Linguagem Natural para a Linguagem Documentária como um elemento norteador da Organização do Conhecimento na medida em que estamos trabalhando com representações.

2 Referencial Teórico

Para o desenvolvimento desta investigação é importante situar teóricos com robustez de conceitos dentro da análise documental.

Enquanto um dos principais processos de organização do conhecimento destaca-se a Análise Documental.

De acordo Clauso Garcia (1993), Chaumier (1971, 1988), Gardin et al (1981), García Gutierrez (1989), Cunha (1987), Pinto Molina (1989), Ruiz Perez (1992), Coyaud (1966), e Guimarães (2003), a Análise Documental pode

ser descrita como uma série de estratégias com o objetivo de identificar o conteúdo do documento para que possa ser realizada a sua síntese e representada nos catálogos e vocabulários controlados, por exemplo.

Segundo Cunha et al. (1987), a Análise Documental auxilia o bibliotecário no momento de identificar e sintetizar o conteúdo de documentos técnico-científicos. No caso dos textos narrativos de ficção há particularidades que devem ser observadas. Parte-se do pressuposto de que a Análise Documental trabalha diretamente com a linguagem e é responsável por elaborar linguagens documentais. Neste momento a linguística oferece ricos subsídios teóricos exemplificando, por exemplo, as relações paradigmáticas e sintagmáticas. O eixo sintagmático rege os agrupamentos possíveis dos diferentes campos linguísticos; já o eixo paradigmático reflete as relações existentes entre os signos capazes de assumir a mesma função. Este entendimento é primordial no momento de realizar a tradução da linguagem natural para a linguagem documental. A Análise Documental é uma das vertentes de: um universo epistemológico do TTI [Tratamento Temático da Informação], ao lado da indexação (de tradição inglesa, com ênfase nos instrumentos de tratamento temático) e da catalogação de assunto (de tradição norte americana, cuja ênfase recai sobre o catálogo enquanto produto desse tratamento) (GUIMARÃES, 2009, p. 105) A Análise Documental nesse sentido se configura como um referencial teórico metodológico para o

tratamento temático da informação. De acordo com Fox (2005, p. 25), a Análise Documental abrange um processo comunicativo onde um conjunto de operações cognitivas de natureza analítico-sintética transforma-se através do reconhecimento e da representação do conteúdo do documento original fornecendo base para a pesquisa científica. Segundo Chaumier (1988, p. 27), Análise Documental abrange dois tipos de tratamentos diferentes: a condensação que se vale de uma redução do texto para fins de difusão da informação, e a indexação, que se vale da extração de conceitos para servir de apoio a recuperação. A partir da leitura de Dias (2007), percebe-se a necessidade de diferenciar as etapas da descrição temática de documentos a partir do entendimento que “Análise documental” “Análise de assunto” não podem ser encaradas de forma ingênua como “maneiras de descrever um mesmo processo”. Segundo os referidos autores, é necessário um cuidado conceitual porque há muita confusão entre os teóricos da área no que tange a variações terminológicas: Desde logo, deve-se alertar o leitor para problemas de variação terminológica nessa área, inclusive em língua estrangeira. Neste livro, utiliza-se principalmente a expressão análise de assunto, mas, em língua portuguesa encontram-se ainda expressões como análise conceitual, análise temática, análise documentária e análise de informação entre outras (DIAS, 2007, p. 9). Esta confusão em relação ao real significado do termo gera dificuldades para indexadores, professores que ensinam sobre a temática e, por conseguinte, pesquisadores. Este trabalho segue a linha francesa, Análise Documental, e desta maneira entende as etapas da descrição temática da seguinte maneira: análise ou exame do documento, apreensão do significado do documento através de uma operação semântica que visa a selecionar palavras chave que representem o conteúdo temático do texto, extração ou atribuição de termos significativos, seleção dos termos e representação ou tradução por meio de uma linguagem documental. A linha norte-americana usa o termo “Análise de Assunto” e tem um enfoque mais pragmático na

construção dos registros catalográficos, na construção do próprio catálogo. Em síntese, a Análise Documental é operacionalmente um tratamento documentário de conteúdo com o objetivo de criar representações condensadas, essas representações podem se materializar em resumos, cabeçalhos de assunto, descritores de indexação e, consequentemente, índices.

3 Procedimentos Metodológicos

O objetivo deste trabalho é recuperar documentos e conteúdos que envolvam a política de indexação e orientações para a tomada de decisão em relação a análise documental. Para tanto serão realizadas buscas empreendidas na base de dados Brapci no período de 2000 a 2024 a fim de reconhecer as modificações e permanências no campo. Será utilizada a metodologia de Close Reading, empregando discurso fluído para o comentário dos documentos recuperados em forma de quadro e desdobramentos das contextualizações teóricas e conceituais.

4 Procedimentos Metodológicos

Haverá neste momento a descrição das buscas empreendidas nas bases de dados BPRACI. Para a pesquisa nas bases foi definida a seguinte estratégia de busca: “Leitura documentária e Modelo de leitura” no período de 2000 a 2024 para a base de dados nacional.

Quadro 1: Documentos recuperados na Brapci

Referência do artigo	Conteúdo
FUJITA, M. S. L. A representação documental no processo de indexação com o modelo de leitura	O artigo de Fujita (2013) apresenta um estudo com bibliotecários indexadores de nove bibliotecas, utilizando a técnica de protocolo verbal individual para investigar como eles realizam a etapa de “Análise de assunto” na indexação de livros. A pesquisa observou como os profissionais analisam as partes textuais

documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal.. Ponto de Acesso , v. 7, n. 1, p. 42-66, 2013.	das obras, selecionam e identificam termos para a representação documentária. Com base nos resultados, Fujita ajustou seu modelo de leitura documentária, alinhando-o às práticas reais dos bibliotecários, demonstrando uma convergência entre teoria e prática.
FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. DataGramaZero , v. 7, n. 3, 2006.	O artigo de Fujita e Rubi (2006) aborda a dificuldade dos indexadores na Análise de Assunto de livros e apresenta o Modelo de Leitura Documentária, desenvolvido por Fujita em 2003, como uma ferramenta para apoiar essa prática. O modelo é utilizado como recurso pedagógico na educação continuada de bibliotecários da USP, UNESP e UNICAMP, com o objetivo de validar sua aplicação no ensino e atualizar os profissionais quanto a práticas que facilitam o trabalho de indexação, ressaltando a importância das estratégias de leitura.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos artigos recuperados acredita-se que as correntes teóricas norteadoras dos trabalhos sejam a de vertente norte-americana e francesa, a primeira mais pragmática entendendo a análise documental como “análise

de assunto”o já a segunda vertente entende o processo de tradução da linguagem natural para a linguagem documentária como um elemento norteador da Organização do Conhecimento na medida em que estamos trabalhando com representações.

Foucault (1996, p. 58) pondera que: Não há nada mais empírico do que a instauração de uma ordem para as coisas, nada exige um olhar tão atento, uma linguagem mais fiel e melhor modulada. Nada exige com maior insistência que não nos deixemos levar pela proliferação de qualidades e formas. Para Foucault, uma organização do conhecimento reflete essa necessidade primária de ordenar as coisas, pois é inviável existir materiais em diversos formatos para consulta se não houver uma ordem para que, primeiramente, esses materiais sejam encontrados.

Sendo assim, partindo de uma necessidade prática, que segundo Hjørland (2016) começou através da iniciativa de professores nas universidades de todo o mundo de institucionalizar o que é entendido por conhecimento através de ensino, pesquisa, publicações, conferências nacionais e internacionais nasce a Organização do Conhecimento.

Segundo Barité (2001), a Organização do Conhecimento oferece subsídios teóricos ao que seja referente ao tratamento da informação, especialmente o tratamento temático da informação, mas também abarca a gestão do uso social da informação. A Organização do Conhecimento, enquanto disciplina, teve como marco inicial a saída da Dahlberg do grupo de estudos sobre matemática e lógica, do qual fazia parte, para a fundação do grupo International Classification que posteriormente mudou o nome para International Society for Knowledge Organization. Barité (2001) afirma que há uma relação indissociável da Biblioteconomia e Documentação com a Organização do Conhecimento. Em seguida, começa um percurso histórico sobre os filósofos que se dedicaram a organizar o Conhecimento. Sendo

assim, entende-se que quando o autor começa a definição de Organização do Conhecimento fazendo o direto paralelo com a Biblioteconomia e a Documentação, aquele estava apenas querendo nos mostrar de maneira específica como ele entende a Organização do Conhecimento de acordo com suas matrizes ideológicas e institucionais puramente discursivas. O primeiro filósofo que Barité (2001) retoma é Aristóteles explicando que é impossível não o citar, pois o mesmo ofereceu a maioria das bases lógicas e epistemológicas do conhecimento que ainda hoje fazem sentido. Em seguida, explica-nos que o momento de cisão da Ciência com a Filosofia provocou um fenômeno que deslocou essa “custódia” para a Igreja. Depois o autor dá um salto na História e situa a Revolução Industrial como marco importante para a Organização do Conhecimento, pois “[...] devido à generalização das bibliotecas públicas como um suporte educativo e cultural [...] começa a se expressar a necessidade de que instrumentos específicos para armazenamento sejam criados e reorganização dos documentos de uma maneira estruturada” (BARITÉ, 2001, p. 39). Barité (2001) explica a origem da expressão Organização do Conhecimento, em inglês Knowledge Organization (KO), remetendo ao livro de Henry Bliss, editado em 1933, e intitulado *Organization of Knowledge in Libraries*, e por fim a Soergel que em um evento da área propôs a expressão KO que foi bem aceita pelos pares da comunidade epistêmica da área. Barité (2001) cita Esteban Navarro (1995) e Dalhberg (1993), para o primeiro autor a Organização do Conhecimento se articula como o espaço de integração das Ciências Documentais, enquanto a segunda autora explica a necessidade tácita que as coisas possuem de ter uma ordem para que seja viável a transformação delas em conhecimento disponível para todos os públicos fomentando a tomada de decisões políticas, culturais, industriais, comerciais e sociais. É possível afirmar que a definição de Esteban Navarro (1995) para a Organização do Conhecimento trazida por Barité (2001) se apresenta como a parte de um processo informacional, pois

explica que é o lugar em que as Ciências Documentais se integram, ou seja, é o momento em que elas se reúnem e formam uma amálgama porque integração pressupõe uma fusão e o resultado desta fusão seria então o conhecimento socializado.

Entendendo por Ciências Documentais, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, situam-se as ciências documentais como as responsáveis por realizar a gestão deste processo informacional. Neste texto, Dalhberg (1993) não define explicitamente a Organização do Conhecimento, mas sim mostra como é natural o processo de ordenar a informação para que esta se transforme em conhecimento, e que a apropriação desse conhecimento é fundamental para a tomada de decisões políticas, culturais e sociais. O objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o conhecimento registrado e socializado e como disciplina é responsável pelo desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e evolução das classificações científicas, taxonomias e linguagens documentais (BARITÉ, 2001). O objeto e a disciplina possuem consonância, pois o conhecimento socializado possui maiores chances de ser recuperado se a Organização do Conhecimento estudar enquanto disciplina as técnicas para a evolução das classificações científicas, taxonomias e linguagens, sendo assim, objeto e disciplina se completam. Barité (2001) elenca dez premissas básicas para a Organização do Conhecimento, explicando que elas são responsáveis pela justificativa intelectual da área. A primeira premissa nos traz que “o conhecimento é um produto social, uma necessidade social e uma dinâmica social”. Segundo o referido autor esta definição é antiga e Max Weber nos explica que cultura significa tudo que o homem agregou à natureza. Seguindo esse raciocínio, o conhecimento seria o registro social de tudo que o homem se apropriou da natureza. O autor alerta ainda para o caráter mutável do conhecimento explicando que lidamos com um arsenal de verdades provisórias e sujeitas a revisão constante. Ciências Documentais são consideradas neste trabalho pela concepção de

Otlet que as entende como as ciências responsáveis por cuidar do ciclo dos documentos, desde sua criação até seu uso. São exemplos de Ciências documentais a biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. A documentação por outras vertentes contempla às atividades de microfilmagem, por exemplo, entendida como biblioteconomia especializada. A segunda premissa explica que o conhecimento se realiza a partir da informação que ao se socializar transforma-se em informação. Para que esta segunda premissa faça sentido Barité (2001) nos explica que é necessário entender a informação dentro da Organização da Informação e o Conhecimento dentro da Organização do Conhecimento. Nesta premissa temos é importante retomar o fluxo helicoidal da informação de Guimarães (2008), que nos explica que quando certo conhecimento é produzido, registrado, organizado, socializado e apropriado isso irá gerar um novo conhecimento que passará pelo mesmo processo em movimento infinito, por isso a referência à natureza helicoidal dos processos informativos. Situa-se, então, a terceira premissa a seguir: “A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto”. Para explicar esta premissa é possível entender segundo o referido autor que todo conhecimento é hipotético, ou seja, está aberto para receber modificações e alterações constantemente. O autor explica que se fosse possível desenhar um mapa do conhecimento seria possível visualizar que a sua geografia muda continuamente porque as sociedades se encarregam de fragmentá-lo, reagrupá-lo, diversificá-lo e modificá-lo, ou seja, temos então um dínamo social, político e ideológico que determina estas modificações. A questão é trazida para fins práticos da área e explica-se o efeito da dinâmica do conhecimento exerce sobre as classificações científicas, as taxonomias, os códigos e as nomenclaturas especializadas fazendo com que estas mudem constantemente, porém é feito um parêntese quando o assunto são as linguagens documentais. O autor explica que essas não acompanham esse processo de atualização e reorganização de conceitos. O

conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social. Esta premissa se vê como puramente discursiva e ideológica, pois organizar para melhor aproveitamento individual e social vai depender das idiossincrasias de cada grupo social. Barité (2001) ressalta que todo conhecimento deve se organizar porque em todos os níveis de comunicação deve existir um sistema de conceitos estável que permita o recíproco entendimento e comunicação dentro dos mesmos e diversos estratos socioculturais. Sendo assim é possível dizer que o foco dessa premissa é alertar que não se deve perder de vista que a organização só faz sentido se houver uma apropriação individual e social, sendo esta apropriação ideológica porque vai depender das singularidades de cada grupo social, ou seja, a unidade de informação na representação da informação deve levar em conta essas peculiaridades. Já a quinta premissa de Barité (2001) nos explica que “existem n formas possíveis de organizar o conhecimento”, e usa a multiplicidade de opções de sistemas de classificação e tesouros para exemplificar isso. Olga Pombo no seu clássico artigo “da classificação dos seres à classificação dos saberes” afirma que as classificações são inerentes ao ato de pensar do ser humano e para tanto existem ela elenca alguns tipos de classificação: Diemer (1974, p. 145) identifica quatro grandes orientações, a saber: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações). (POMBO, 1998, p. 2). Os sistemas de classificação se enquadram dentro do conceito de Sistemas de Organização do Conhecimento que [...] é um termo genérico usado para se referir a uma ampla variedade de itens (por exemplo, títulos de assuntos, tesouros, esquemas de classificação e ontologias), que foram concebidos com relação a diferentes finalidades, em momentos históricos distintos. Eles são caracterizados por diferentes estruturas e funções específicas, maneiras variadas de se relacionar com a tecnologia e usados em uma pluralidade de

contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos eles têm em comum é que foram projetados para apoiar a organização do conhecimento e da informação a fim de facilitar o gerenciamento e a recuperação (MAZZOCCHI, 2018). Mazzocchi (2018) explica ainda que não se pode esquecer grande multiplicidade de acessos disciplinares que pode existir em um só assunto, cada assunto pode ser alcançado por um maior número de especialidades, com enfoques e ponderações complementares e até mesmo contraditórias. Barité (2001) exemplifica com o assunto “vício em drogas” a multiplicidade de representações que este pode ter dependendo da área do conhecimento em que será abordado: um profissional de medicina o foco será representar visando às consequências orgânicas da droga no organismo dos usuários de drogas, já para um juiz talvez se trate de uma questão penal ou uma circunstância agravante de uma conduta. A sexta premissa de Barité (2001) explica que “toda organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista” Essa premissa se ancora em postulados filosóficos essenciais para o entendimento de que organizar o mundo segundo um código sempre será limitante, ou seja, certezas inquestionáveis não existem visto que tudo vai depender da formação discursiva e ideológica à qual o código estará ancorado. Sendo assim, toda organização do conhecimento será artificial porque vem como resultado de uma construção abstrata levantada sobre pressupostos particulares, assim que os pressupostos mudam a construção abstrata também mudará. A sétima premissa de Barité (2001) diz que “o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados”. Barité (2001) explica esta premissa questionando se o conhecimento de fato sempre irá ser registrado como documento, pois muitas vezes indivíduos possuem conhecimento, mas sem a questão do registro. Porém, para a nossa área, o registro é resultado de um processo documental de preservação, organização e disposição ao uso desses documentos. Já a na oitava premissa,

Barité (2001) diz que “o conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos”. Para o referido autor conceito é uma unidade concentrada de conhecimento, mas ele alerta para o fato de que nenhum conceito funciona de maneira isolada, ou seja, um conceito é construído a partir da relação entre outros conceitos. Todo o saber humano dividido em áreas e subáreas disciplinares se apoia em estruturas ou sistemas de conceitos organizados com atributos lógicos e essa lógica sempre é ideológica porque, ao se escolher certos atributos em detrimento de outros, possui uma carga política que determina o que pode ou não ser conceito dentro das classificações científicas e as taxonomias, por exemplo. A nona e penúltima premissa diz que “os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação”. Nesta premissa Barité (2001) ressalta as limitações das classificações bibliográficas explicando o paralelo que há entre as classificações funcionais e as bibliográficas, pois nas classificações funcionais o sistema de conceitos vai ser o mais simples possível para organizar uma necessidade específica, como por exemplo, a distribuição de produtos no supermercado. Já as classificações bibliográficas vão se utilizar de linguagens documentais e mesmo possuindo outro sistema de conceitos a aplicação será limitada e insatisfatória. A décima e última premissa diz que “as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar”. Barité (2001) ressalta que esta premissa possui importância decisiva para todos aqueles que lidam com a organização de um determinado domínio. Isto é, as leis gerais para a planificação de um tesouro, por exemplo, poderão ser incluídas em qualquer área do conhecimento, claro que para isso, essas leis deverão ser identificadas, caracterizadas e enunciadas.

5 Referências

Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: fundamentos y perspectivas. Universidad de la República.

Chaumier, J. (1971). As técnicas documentais. Europa América.

Chaumier, J. (1988). Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 21(2), 27–33.

Coyaud, M. (1966). *Introduction à l'étude des langages documentaires*. Klincksieck.

Cunha, I. M. R. F. (1987). Análise documentária. In J. W. Smit (Ed.), *Análise documentária: a análise da síntese* (2ª ed., pp. 61–85). IBICIT.

Dias, R. (2007). Análise documental: uma abordagem crítica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(1), 5–20.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. Loyola.

Fox, L. (2005). *Análise documental: processos e práticas*. Editora Universitária.

Fujita, M. S. L. (2013). A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *Ponto de Acesso*, 7(1), 42–66.

Fujita, M. S. L., & Rubi, M. P. (2006). Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *DataGramaZero*, 7(3), 1–18.

Gardin, J.-C., & outros. (1981). *La logique du plausible: essais d'épistémologie pratique*. Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

García Gutiérrez, A. L. (1989). *Linguística documental*. Mitre.

Guimarães, J. A. C. (2003). A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In G. M. Rodrigues & I. L. Lopes (Orgs.), *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação* (pp. 100–118). Thesaurus.

Guimarães, J. A. C. (2008). *Fluxo helicoidal da informação*. Thesaurus.

Guimarães, J. A. C. (2009). *Análise documentária: fundamentos e metodologia*. Thesaurus.

Hjørland, B. (2016). *Knowledge organization*. Facet Publishing.

Mazzocchi, F. (2018). *Knowledge organization: A socio-cognitive perspective*. Springer.

Pinto Molina, M. (1989). *Análisis documental: fundamentos y procedimientos* (2ª ed.). EUDEMA.

Pombo, O. (1998). Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Faculdade de Letras*, 2(15), 1–9.

Ruiz Pérez, R. (1992). *El análisis documental: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa*. Universidad de Granada.